

**UM ESTUDO SOBRE CONFLITOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS
UN ESTUDIO SOBRE CONFLICTOS EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES
A STUDY ON CONFLICTS IN RURAL SETTLEMENTS**

Amauri Tadeu Barbosa Nogueira

Mestre em Geog. Humana pelo Dep. de Geografia FFLCH-USP

amauri.claudete@ig.com.br

Resumo: Este artigo visa compreender os conflitos no interior das práticas sociais e estratégias de luta desenvolvidas durante a formação e a organização de assentamentos rurais e seus desdobramentos entre assentados, lideranças e representantes a partir do caso do Assentamento da Fazenda Jupira, município de Porto Feliz-SP, de 1986 a 2006. Buscou-se entender o assentamento como espaço social que pode ser expresso nas relações de tensão e conflito desvendadas nas práticas sociais e nas estratégias de luta impregnadas de simbologias e (re)encontros de culturas, espaço de representação e legitimação dos sujeitos sociais. As análises revelam que o conflito no interior das práticas sociais e das estratégias de luta proporciona a incorporação de mecanismos que possibilitam questionamentos de valores seculares (clientelismo, paternalismo), além de instrumentalizar os camponeses com outros conteúdos democráticos que são estruturadores de identidades coletivas. Concluiu-se que práticas e estratégias como reuniões, assembleias, passeatas, associações, cooperativas e outras redimensionam o universo simbólico, cultural, político e econômico dos assentados e questionam a vida pregressa dos mesmos.

Palavras-Chaves: Conflitos – Assentamentos Rurais – MST – Democracia – Movimento social

Resumen: Este artículo pretende entender los conflictos dentro de las prácticas sociales y estrategias desarrolladas durante la formación y la organización de los asentamientos rurales y sus consecuencias para colonos, liderazgos y representantes, basándose en el análisis del caso del Assentamento Fazenda Jupira, municipio de Porto Feliz-SP, 1986 para 2006. El asentamiento se entiende como un espacio social que puede ser expresado por las relaciones de tensión y conflicto en las prácticas sociales y estrategias de lucha impregnadas con simbologías y (re) reuniones de

culturas, espacio de representación y legitimación de los sujetos sociales. Los análisis muestran que el conflicto dentro de las prácticas sociales y las estrategias ofrece la posibilidad de cuestionarse valores seculares (clientelismo, paternalismo). Él también ofrece para los campesinos contenidos democráticos que pueden estructurar identidades colectivas. Se concluyó que las prácticas y estrategias tales como reuniones, asambleas, asociaciones, cooperativas y otros remodelan el universo simbólico, cultural, político y económico de los colonos y hacen posible cuestionarse las experiencias anteriormente vividas.

Palabras clave: Conflictos – Asentamientos Rurales – MST – Democracia – Movimiento social

Abstract: This article aims to understand the conflicts within social practices and strategies developed during the formation and organization of rural settlements and their implications for settlers, leaderships and representatives, based on the analysis of the case of Assentamento Fazenda Jupira, municipality of Porto Feliz-SP, 1986 to 2006. The settlement is understood as a social space that can be expressed by relations of tension and conflict found in social practices and struggle strategies impregnated with symbologies and (re) meetings of cultures, space of representation and legitimization of the social subjects. Analyses show that the conflict within social practices and strategies provides the possibility of questioning secular values (clientelism, paternalism). It also provides for the peasants democratic contents that can structure collective identities. It was concluded that practices and strategies such as meetings, assemblies, rallies, associations, cooperatives and others reshape the symbolic, cultural, political and economic universe of settlers and make possible to question previous lived experiences.

Keywords: Conflicts – Rural Settlements – MST – Democracy – Social Movement

(...) Quanto a pedir esmolas, é mais seguro pedir do que tomar, mas, é bem mais digno tomar, do que pedir. Não: um homem pobre que seja ingrato, perdulário, insatisfeito e rebelde possui de certo uma personalidade plena e verdadeira. Constitui de qualquer forma, um protesto sadio. Quanto aos pobres virtuosos, é natural que deles se tenha piedade, mas não admiração. Fizeram um acordo secreto com o inimigo e venderam seus direitos inatos em troca de um péssimo prato de comida. Devem também ser muito tolos. Posso compreender que um homem aceite as leis que protegem a propriedade privada e admita sua acumulação, desde que nessas circunstâncias ele próprio seja capaz de atingir alguma forma de existência harmoniosa e intelectual. Parece-me, porém, quase inacreditável que um homem cuja existência perdeu e abrutalhou por forças dessas mesmas leis, possa vir a concordar com a sua vigência. (WILDE, 2004:32)

“Pobres”, “perdulários”, “proteção à propriedade privada”, “acumulação” são palavras encontradas no nosso cotidiano quando se trata de qualificar as relações estabelecidas entre os sem-terra e os donos de terras. Contudo o clássico ensaio de Oscar Wilde, publicado pela primeira vez em 1891, já alertava a sociedade inglesa sobre as condições nefastas que se colocam no cotidiano, na cultura dos homens e mulheres que não se abateram no processo de construção de suas vidas, mesmo em situações adversas, e procuraram construir seus próprios espaços de vivência.

Partimos dessa constatação para o desenvolvimento da reflexão e inspirado, sobretudo, na análise da vontade dos sujeitos envolvidos de construir, no processo de assentamento, uma possibilidade de reinventar a vida. Nesse processo, construíram também motivos para lutarem e resistirem durante esse período, mas, acima de tudo, construíram sonhos de liberdade que lhes garantiram suportar as agruras de morar em acampamentos, de fazerem caminhadas e enfrentar frio, vento, chuvas, fome, freqüentemente com embate das forças policiais. Tudo isso em nome de um sonho: o de ter seu pedaço de chão.

Nesse contexto, podemos destacar a importância da década de 80, na qual se revela um período marcado por uma extrema recessão, em meio às greves dos trabalhadores rurais e urbanos. Marcado também pela intensificação “da mobilidade tanto intermunicipal quanto intramunicipal, seja rural-urbana ou rural-rural, em decorrência da progressiva escassez do fator terra, levando à eclosão de movimentos sociais de resistência, do que são exemplos o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem-Terra (MST) e o das populações extrativistas da Amazônia Ocidental”. (Becker, 1997:322)

Esse período também é caracterizado pelo aumento da participação dos movimentos sociais que, com a abertura política, tornam-se movimentos autônomos, em que seus agentes procuraram caminhos para se efetivarem como forças sociais no novo espaço social e político que estava se esboçando por reivindicações de direito à cidadania, proporcionando relativas conquistas.

Emerge, então, no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Assim, o MST é fruto das experiências das lutas cotidianas de vários movimentos sociais em busca da terra. Com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MST se fortalece, cria formas novas de enfrentar, resistir, reivindicar a posse da terra e de ocupar o espaço político no horizonte que se punha.

No início da década de 80, as experiências com ocupações de terra nos estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A construção do Movimento se constitui na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aprendendo com a história da formação camponesa, na sua caminhada, o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com outros movimentos camponeses que o precederam (Fernandes, 2000:47).

No processo de territorialização e espacialização da luta pela terra, o MST desloca-se para o Estado de São Paulo, formando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré, possibilitando um deslocamento das ações antes coordenadas pela CPT e que, a partir de 1985, passaram a ser coordenadas pelo MST de São Paulo nas lutas pela posse da terra no Estado. Em janeiro de 1984, no município de Sumaré, região de Campinas, os sem-terra haviam conquistado um assentamento em uma área de 237 ha. do Horto Florestal de Sumaré, de propriedade das Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA), que foi denominado de Sumaré I. Nas Comunidades Eclesiais da região, os trabalhadores realizavam trabalhos de Base para a formação de negociações com o governo estadual e, sem resultados concretos, quarenta e cinco famílias ocuparam o

Horto Florestal da Boa Vista também no município de Sumaré e pertencente a Fepasa. Foram despejadas, continuaram negociando até serem assentadas provisoriamente no Horto da Boa Vista, para depois serem transferidas definitivamente para uma área remanescente do Horto de Sumaré, onde estabeleceram o assentamento Sumaré II. Na conquista de Sumaré II, principiou o terceiro grupo de famílias no processo de territorialização. Em novembro de 1985, o grupo III, formado por cem famílias, ocupou uma área do Estado no município de Nova Odessa, na região de Campinas. (Fernandes, 2000:148)

A presença dos militantes (lideranças) do MST, CPT e a CUT durante o processo de organização até a ocupação se faz presente. “Quando surgiu a ocupação no trevo da Bosch em Campinas, em 1985, houve juntamente com a militância que eu disse antes do MST, CPT e a CUT, houve uma marcha de Campinas a São Paulo, em negociação com o governo. Na época, surgiu a proposta de assentamento e de lá foram transportados já para a área onde eles seriam assentados”. (Entrevista com Nilcio, em 31/08/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Na busca da recuperação e da manutenção das necessidades básicas para sobrevivência, uma parcela dessa população rural sem terra encontra sentido para reconstituir suas vidas por meio de um movimento social: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), representado pelos seus líderes por meio de suas práticas sociais e estratégias de luta, que se caracteriza pela ocupação, pela resistência e pelo assentamento das famílias em terras devolutas ou propriedades consideradas improdutivas pelo Movimento e desapropriadas pelo governo, e que busca dar melhores condições de vida aos expropriados e espoliados pela territorialização do capital, com a formação de assentamentos rurais por todo o Brasil.

É nesse contexto, marcado pela reorganização e pelo fortalecimento dos movimentos sociais, que se insere a História do Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, que culminou com três assentamentos de terra e teve seu início nos primeiros anos da década de 80, sobretudo a partir de reuniões para reflexões bíblicas na Igreja Católica na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, cujo Bairro leva o mesmo nome. “O início da organização começou no centro comunitário Nossa Senhora de Fátima, no ano de 1982”. (Fernandes, 1999:118).

As reflexões giravam em torno da conjuntura econômica e política pela qual passava o país. As discussões evoluíram para a construção de uma horta comunitária, o que

permitiu, com o auxílio da igreja, formar o grupo de sem-terra, com o objetivo de conquistar terras para plantar e produzir.

Com a formação do grupo I dos sem-terra de Sumaré, foi possível, por meio de muitas negociações com o Estado, conquistar a terra definitiva no Horto Florestal de Sumaré, em Janeiro de 1984, de propriedade da Fepasa. Nesse processo de luta, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Sumaré. (Fernandes, 1999:124)

A vitória incentivou outras famílias a se organizarem em torno da luta pela terra, e se formou o grupo de sem-terra II, que foi acampado nas terras do Horto Florestal Boa Vista, no dia dezessete de maio de 1985, mas foram despejados por meio de uma ordem judicial. As famílias que compunham o grupo II acamparam em uma avenida próxima e continuaram as negociações, que finalmente resultaram no assentamento do Horto Florestal de Sumaré. (Fernandes, 1999:126)

Assim, o grupo dos sem-terra III, que se assentou em Porto Feliz em dezenove de março de 1986 com 124 famílias, cuja formação se dá pelo desdobramento dos grupos I e II, é considerado os mais antigos do Estado de São Paulo. É esse grupo III de homens e mulheres, foco do nosso olhar, que, devido às características já destacadas, permite-nos pensar no processo de ocupação e assentamento sob o prisma da diversidade espacial, advinda das alterações ocorridas nos diferentes momentos da luta pela terra. Durante o desenvolvimento da luta do grupo II, germinava o grupo III. As famílias começaram a se reunir em Abril de 1985. Neste ano a campanha da fraternidade trabalhava com o tema da fome: Pão para quem tem fome, e o governo federal decretava o Plano Nacional de Reforma Agrária. Se, por um lado, o tema da campanha da fraternidade ajudava nas reuniões das comunidades para a reflexão e organização dos trabalhadores, por outro lado, o Plano, no qual os trabalhadores não tinham nenhum crédito, serviu como argumento ao Estado para que os trabalhadores aguardassem a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária para a desapropriação de terras e realização dos assentamentos. (MST, 2005:05).

A maioria das pessoas como Miltão, D. Ana Maria, Mario, Francisco, Wilson e outros, que participaram do processo de ocupação e assentamento do grupo dos sem-terra III tem como ponto de referência as primeiras conversas na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, que fica no município de Sumaré, na Região de Campinas, no interior do Estado de São Paulo.

Fernandes (1999), afirma que (na Comunidade Nossa senhora de Fátima); “a grande maioria das famílias que vivia nessa comunidade era de trabalhadores rurais que haviam migrado para a cidade, expropriados, expulsos. Muitos deles, depois de passarem por uma breve experiência como proletariados, estavam desempregados”. (Fernandes, 1999:118)

Essa comunidade teve início com as reuniões feitas por volta de 1982, nas quais os moradores do bairro de mesmo nome, encontravam-se com as lideranças de amigos do bairro no salão da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Desses encontros, resultaram ações coletivas, como o desenvolvimento de hortas comunitárias em conjunto com as comunidades vizinhas e a organização de abaixo-assinados para requerimento de infra-estrutura. (Tarelho, 1988:124)

A partir de 1985, os integrantes do grupo sem-terra III passaram a participar das reuniões na comunidade, com a duração aproximada de oito meses. A comunidade tornou-se, para os integrantes do processo de assentamento, um espaço interativo de trocas de experiências e aprendizagens entre os trabalhadores sem-terra, momento em que se reuniam para conversar, contar histórias, decidir sobre qualquer assunto, mas, principalmente, direcionar as ações visando organizar as práticas sociais e as estratégias de luta para a conquista da terra. Nas entrevistas (com os assentados) que colhemos junto aos participantes do processo de assentamento, encontramos exemplos que demonstram a importância desses encontros.

A entrevistada D.Ana Maria é chefe da família, organiza o plantio, a colheita, e participou de toda trajetória, desde a ocupação até os dias atuais, passando por acampamentos e caminhadas. Ao contrário de outras assentadas, que tomaram a frente da família com a ausência do marido, ela é casada e mãe de dez filhos. Em suas falas, percebe-se que vários assentados passaram pelas reuniões da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

Eu participei oito meses nos dias de domingo das oito às onze. (...) Eles procurava se alguém se interessava dum pedaço de terra, de chão. Que era se interessava de pranta uns falava de prantá abacate outros de prantá limão. Ih!! A gente bataiou tudo junto, né? Só que as reunião a gente ia, né, sempre nos dia de domingo, era corrido também. Ah!!! passei muita coisa, mas eu não lembro muito não. Eu ia com a cabeça quente e deixava meus meninos sozinhos, era tudo pequeno, deixava a semana inteira, eu lembro dia de domingo, assim que saía, eu acho que as minhas vizinhas dizia: essa mulher só vive na rua, (risos) só

sabe quem luta, né? (Entrevista com D. Ana Maria, em 10/12/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Miltão foi uma liderança formada no processo de ocupação, e que, aos poucos, foi construindo sua opinião sobre a Reforma Agrária, pensando sempre no seu processo. Sua fala leva sempre para a reflexão sobre a luta da terra, ressaltando o papel da Igreja e da via comunitária. Reconstituindo sua trajetória de vida, temos aí um homem que por meio da Igreja, pela via comunitária, um homem que já tinha sido conselheiro do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, em São Paulo, mas que é, sobretudo, ligado à Igreja Católica.

Fica bem claro em sua fala que, devido a esses contatos, foi para a luta da terra, participando das primeiras ocupações do acampamento de Sumaré II, quando se envolveu nos dois despejos sofridos pelos sem-terra II. Além disso, foi um dos militantes que cadastrou as famílias, passando de casa em casa para convencer as pessoas a participarem do acampamento dos sem-terra III.

Em sua caminhada, Miltão encontrou com Juversino, coordenador da Igreja Católica e Presidente da Associação de Amigos do Bairro da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, pessoa que, segundo o líder Miltão, lhe proporcionou um grande aprendizado político.

Lá tinha o Juversino, que era quem fazia coordenação da (...) nós tinha uma associação de amigos de Bairro. Juversino era o coordenador da Igreja, das igrejas lá, eu fazia parte da direção de todas as igrejas e ele era presidente da Associação de Amigos do bairro e, através dele, eu (...) pra onde ele ia eu ia também: Rosalém, Sumaré, Nova Veneza, pra onde ele ia. Foi lá que eu aprendi, foi um homem que morreu o ano trasado, mas eu devo muito isso pra ele, de tudo que eu aprendi, Juversino foi muito importante nessa trajetória minha aí, foi um dos fundadores da caminhada. (Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Para Miltão, o MST e a luta pela Reforma Agrária estão em primeiro lugar. Desde o momento das primeiras ocupações em Sumaré, o entrevistado envolveu-se com os políticos e com os padres locais devido à sua atuação na Igreja, o que lhe possibilitou o engajamento na proposta coletiva e morar na agrovila. Ser proprietário de terra para esse assentado tem uma dimensão de luta contra o sistema vigente, ponto de partida para uma sociedade mais justa, ou seja, uma transformação social.

De acordo com os depoimentos coletados, percebe-se que, a partir do momento em que os sem-terra passam a freqüentar as reuniões da comunidade Nossa Senhora de Fátima e se organizam para as ocupações de terras, inicia-se um processo de resignificação de suas identidades pregressas, gerando um conflito cultural.

É um momento em que o indivíduo começa a questionar seus valores e a pensar em se fazer forte dentro do coletivo. No caso específico da comunidade Nossa Senhora de Fátima, os questionamentos e as escolhas passavam por essa relação entre os valores individuais, trazidos pelos trabalhadores sem-terra, e as decisões coletivas de organização.

Um momento que demonstra esse processo de resignificação foi quando os trabalhadores tiveram que decidir se iam para o assentamento, para morar no espaço da agrovila, ou se fariam parte do grupo que moraria no espaço dos individuais. Percebemos, porém, que não podemos analisar esse momento como um momento de ruptura, mas como um momento de construção de novos espaços de socialização e de resistência.

No debate entre os individuais e coletivos, percebe-se que as famílias que resolveram morar como individuais foram aquelas que deixaram a vida de camponês com uma idade mais avançada, como, por exemplo, o Wilson e o Francisco, que deixaram a roça com trinta anos de idade. Esse tempo maior permitiu uma profunda experiência com a vida camponesa e, no momento da divisão dos lotes, o saber camponês teve uma grande importância para que os chamados individuais discordassem de morarem na agrovila e conseguissem efetivar moradia no espaço dos individuais. Percebemos, na fala do Sr. Francisco, o quanto a sua participação em uma das discussões como líder do grupo dos individuais foi importante.

Porque como era esse número alto de família pra morá, na agrovila não tinha como. A agrovila, como o módulo aqui é 9,7, ou 9,6 hectare cada um, talvez passa um pouquinho, dependendo da topografia. Então, num tinha como ficar perto da roça. Então, aquelas pessoas..., aí já tinha começado outros tipo de liderança, eu tinha a minha, mais eu era a minoria. Ai eles falou: a gente vai conquistar um trator e passa pegando o pessoal cedo na hora do almoço, passa pegando o almoço e, à tarde, trazendo o pessoal. Quer dizer, bóia-fria outra vez. Tudo nesse vai-e-vem; não se trabalha, então? Porque talvez o bóia-fria ia com esse interesse do dia-a-dia ou patrão. Como a gente era patrão nosso mesmo, então tinha aqueles que, às vezes, levantava seis horas, outro oito horas, então, ia esperá? Se não esperasse, o outro ia pra roça? Então, ficava aquela dúvida. Eu falei: e se de repente vier uma

chuva? Se tá fazendo uma colheita e tem que guardar aquele produto, como fazer se tá morando longe da roça? Aquele produto vai molhar, vai perder? Então, a gente chegou a essa conclusão; achou que não era viável todo mundo morar na agrovila. Se bem que tinha a vantagem da luz, da água, da escola, só que esse não é direito só de quem mora na agrovila, é de quem mora inclusive na região, nem só do assentamento. Então, eu e meu grupo achamos que não era viável, nós ia só ficá perdendo tempo, andando de condução e que história muito mal contada, uma coisa que não funcionava e não funcionou. Então, dessas nove famílias que foram morar em cima, lote agricultável..., seis meses depois mais de quarenta queriam, só que aí já tinham tomado a decisão, já tinha cortado o lote de residência na agrovila. Quer dizer, acordaram muito tarde. (Entrevista com Francisco, em 14/01/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Nesse debate, os individuais ganham força com a incorporação do grupo dos “assentados locais” de Porto Feliz. A fala acima revela-nos um conflito de saberes do camponês, sob a perspectiva da representação dos lugares oriundos desses sujeitos. Mesmo tendo passado um longo tempo sem contato direto com o trabalho na terra, no momento da divisão de lotes, eles reafirmam sua posição de morarem individualmente, ainda que sob a pena de não terem acesso direto aos bens que ficariam disponíveis na agrovila. Leila Chalub Martins (2001:23) em seu estudo sobre extensão rural em assentamentos rurais destaca que a volta do camponês que ficou fora da terra por um período tem, no seu retorno à vida rural, a busca de um saber familiar e comunitário bem anterior, muitas vezes já desprezado, para enfrentar os problemas imediatos decorrentes do plantio e da criação de animais.

Em contrapartida, as famílias que ficaram na agrovila usavam o discurso em favor dos benefícios de infra-estrutura:

A gente sentô e começou a conversar. Aí entendeu que na agrovila nós tinha muito mais benefício do que quem mora particular no lote, nós recebemos posto de saúde, escola, dois barracão de armazenamento, rede de luz e um poço artesiano com água para as famílias, e os outros não têm. Então, esse foi o benefício que a gente trocou de morar individual para a agrovila. (Entrevista com Idarlei, em 26/11/2005, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

O que marca, nas características dessas famílias, é o fato de terem menos tempo de trabalho na terra e passarem por um longo período nos centros urbanos, como, por exemplo, o senhor Idarlei, que saiu da Bahia com dezoito anos de idade, morou na cidade de São Paulo durante quinze anos e, quando foi para o município de Sumaré, já

estava casado. Caso semelhante ao de Miltão que, como já assinalado, passou a maior parte de sua vida em São Paulo.

Percebemos que uma das características da luta entre os individuais e os coletivos é que os primeiros desejavam que a disputa pela terra se restringisse ao espaço social do assentamento. Uma luta pela sobrevivência é pelo aqui- e- agora (imediata), enquanto que, para os coletivos, a luta é do aqui e agora, mas com o compromisso da reforma agrária, o que, nesse sentido, permite a espacialização e a territorialização da luta pela terra. É a luta na terra em contato com outros segmentos para que o assentamento se torne modelo de referência para a reforma agrária, incorporando o discurso do MST e do Estado, influenciados pelos engenheiros agrônomos. Ou seja, é um embate político, iniciado nos acampamentos e estreitado no assentamento. Se, no acampamento, era hora de reivindicação; no assentamento, era a oportunidade da ordem produtiva; e fazer a junção dessas duas necessidades era coadunar os discursos, o que passou a ser o desafio dos envolvidos no processo.

Entretanto, assumir um discurso não significa necessariamente que se torne uma concepção de mundo, mas um momento estratégico de resistência (que poderá se tornar ou não uma concepção de mundo). Na pesquisa, percebe-se que os líderes têm o discurso proposto pelo Estado, pelo MST ou pela Igreja como concepção de mundo. Já alguns assentados vêem problemas no assentamento, concordam com algumas posições das lideranças e discordam de outras, mas não trazem o ideal do coletivo com a mesma intensidade que os representantes (isto não significa que só os líderes compartilham da concepção de mundo dos representantes).

Esse debate sobre a divisão de lotes entre o grupo dos individuais e o grupo dos coletivos pressupõe a territorialidade camponesa e (re)coloca em discussão os conflitos entre modernidade e valores camponeses; suas características e funções específicas. Guardadas as distinções, os autores Marques (2000) e Justo (2005), nos ajudam a pensar na modernidade como constituinte de valores camponeses. “A territorialidade camponesa é orientada por valores tradicionais, e a territorialidade capitalista, orientada pelo mercado, valores da modernidade e definida pelo Estado” (Marques, 2000:12).

O paradigma da reprodução do campesinato pela expansão do modo de produção capitalista, permite que o camponês seja um personagem moderno. Portanto, o camponês reivindica a tradição da família e do

território e também a modernidade, no sentido da crítica e da possibilidade de superação daquele modo de produção. Ou seja, encontra-se no campesinato com repertório de ethos familiar e de luta pela justiça social e por um modo de vida e de produção não-capitalista (quiça socialista). (Justo 2005:222)

Contornados os conflitos sobre a divisão, as famílias foram distribuídas no assentamento a partir das demarcações dos lotes em assembléias coletivas, com a participação dos assentados e dos técnicos responsáveis, efetivando-se a demarcação dos lotes com a divisão de módulos rurais de 9,4 ha cada. Ficou acertado entre os grupos, nas assembléias, que, no setor II, ficariam 41 lotes destinados aos assentados que iriam ter um lote para morar com uma área de 1,2 ha e outro maior, para trabalhar coletivamente, com 8,4 ha, passando a ser denominados moradores, conhecidos como moradores da agrovila.

Já nos setores I e III, 21 lotes foram destinados aos assentados que passaram a ser chamados de individuais, por residirem nos lotes compostos por uma única parcela, sendo que, no setor I, foram adicionados os moradores da fazenda, ex-funcionários que decidiram não participar da agrovila, mas foram incorporados ao assentamento.

Meu marido trabalhou vinte anos na CAIC. Aí a CAIC desativou e cedeu a terra pro assentamento. Aí eles deixaram à gente na caso do Estado, e quem pegou a terra foi meu cunhado, ele pegou quatro alqueires de terra e produz lá, agente mora na casa do Estado. Hoje eu trabalho [de merendeira] na prefeitura e meu marido esta aposentado, agente combina com todo mundo aqui. (Entrevista com Evanilda, em 20/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

No setor III, foram adicionados ao projeto de assentamento os primeiros assentados que haviam ocupado a fazenda CAIC e não possuíam nenhuma autorização provisória de uso da terra ocupada (ITESP, 1987:02). “Não foi recebido, não peguei nada não, [nenhum tipo de documento]. Eu coloquei várias famílias aqui. No começo foi as alheia, todo mundo ocupou a área certinho”. (Entrevista com Cleter, em 05/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Nesse sentido, Gomes (1997) argumenta que o arranjo das coisas no espaço, se relacionados às relações sociais, aos conflitos, que existem e resistem, podem dar conta das práticas sociais que se processam no espaço.

Para que determinadas ações se produzam, é necessário que um certo arranjo físico-espacial seja concomitantemente produzido. Os exemplos são inúmeros, e poderíamos falar do espaço interno de uma casa, que em certa medida pressupõe, limita e condiciona as práticas que vão ocorrer. É claro que há sempre enormes possibilidades de transformar estas práticas e de arrumar este espaço. O modo como as pessoas dispõem seus móveis e equipamentos de forma diferente dentro de um edifício que possui uma mesma planta básica dos apartamentos é o sintoma disto. Entretanto, na maneira como o espaço está dividido e pela forma de arrumá-lo, pressupomos limites diferenciais, por exemplo, nos níveis de intimidade com as pessoas, tanto entre as que ali habitam quanto com aquelas que por ali passam. (Gomes, 1997:37)

Segundo Gonçalves (2005), o MST está promovendo novos modelos de assentamentos que pressupõem uma nova disposição dos lotes nas futuras agrovilas, com o objetivo de favorecer a construção de novos hábitos entre os assentados.

Este novo modelo de assentamento tem com ponto central a organização das habitações por meio dos Núcleos de Moradia com um número de famílias que pode variar de 10 a 25, em função do tamanho da área do assentamento. Diferente das agrovilas em que o lote fica distante da casa, nos Núcleos de Moradia as casas ficam em cima dos lotes. Este novo jeito também diferente do parcelamento tradicional, o quadrado burro, em que cada casa fica distante uma da outra perdida no meio do lote. Este modelo tem o formato de um raio de sol, com casas circunvizinhas formando um círculo, os lotes começando no quintal e se ampliando para fora. Há uma aproximação das famílias, que permite a implantação de áreas sociais onde se instalam espaços reservados para escolas, celebração religiosa, esportes, etc. (Gonçalves, 2005:289)

O espaço social do assentamento como base territorial produz uma territorialidade que se expressa na identidade coletiva, que se sustenta nas relações socioespaciais por meio da capacidade que as práticas e estratégias têm de imprimir significados.

Outro momento destes conflitos é relacionado ao gênero, destacado pela engenheira Izabel. Refere-se à tentativa das mulheres em questionar o papel dos homens dentro das práticas e estratégias no interior do assentamento. A engenheira agrônoma preparou um grupo de mulheres com objetivo de passarem a participar mais efetivamente das atividades do assentamento. Esta tentativa visava buscar um lugar de reconhecimento para as mulheres, no interior do assentamento.

Inicialmente, nós trabalhávamos com assentado homem. Até nas listagens você tinha o nome do homem, não tinha o nome do casal. E, posteriormente, nós viemos a constituir um grupo de mulheres e

trabalhar estas questões, principalmente porque a mulher vivencia muito mais dentro de uma comunidade, ela está vivendo mais intensamente todos os problemas. Nessa discussão, quando as mulheres resolveram encabeçar alguns encaminhamentos, algumas reivindicações junto à prefeitura, alguns maridos contestaram demais no sentido assim: 'nessa merda mando eu, minha mulher não tem liberdade pra poder se expressar'. Nunca imaginei que a reação fosse deste tamanho. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Brumer (2005), ao estudar como se dão as relações entre homens e mulheres em assentamentos de reforma agrária brasileiros, chama a atenção para a construção social destas relações sob o prisma de gênero. Seu trabalho pautou-se na perspectiva de continuidade da agricultura de base familiar em assentamentos por meio da sucessão geracional, destacando a construção social e a possibilidade de mudanças no tempo e espaço do conflito entre os sexos.

Centrar a preocupação sobre a inserção de homens e mulheres na sociedade implica uma abordagem de gênero, segundo a qual se considera que a atribuição de diferentes papéis, exigências e expectativas a indivíduos de ambos os sexos é social e não biológica. Deste modo, enquanto as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, as diferenças de gênero são construídas socialmente. Devido a esta construção social, os papéis atribuídos aos seres de ambos os sexos, assim como seus direitos, podem variar no tempo e no espaço e estão sujeitos a mudanças. (Brumer, 2005:351)

Brumer (2005) salienta que, nos assentamentos em que foram realizadas as pesquisas nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, os conflitos de gênero se davam na segmentação das seguintes atividades: agricultura predominantemente masculina, na qual as mulheres auxiliavam ou não faziam parte dos trabalhos, ficando com todo o trabalho doméstico, dentro da casa e fora, nos quintais (horta, pequenos animais e produto destinado ao consumo familiar), cujos trabalhos passam como subsidiários, tornando-se invisíveis tanto para os próprios membros da família como para os de fora. (Brumer, 2005:366)

Nesse sentido, reproduzem-se as relações de poder verificadas na agricultura familiar e na sociedade como um todo, embora com maior homogeneidade do que nestas, pois, diferentemente do que foi observado nos assentamentos, no meio urbano são significativos o número de mulheres chefes de família e a proporção de mulheres que fazem parte do mercado formal de trabalho; e na agricultura familiar, há situações diferenciadas envolvendo maior ou menor participação das

mulheres no trabalho destinado à comercialização e no processo de tomada de decisões sobre o trabalho e a utilização dos recursos provenientes das atividades produtivas. (Brumer, 2005:367)

Souza, (1999:168) afirma que no assentamento, as mulheres criam e recriam suas relações de trabalho, lugar em que a jornada de trabalho duplica, organizando-se e inserindo-se no processo de produção com a mesma dimensão que o homem, o que provoca rupturas no contexto familiar, em que a mulher deixa de ser a figura da casa, buscando, portanto, um lugar na sociedade e no próprio assentamento.

Gonçalves (2005) observa que o fenômeno do conflito de gênero ocorre no interior do assentamento, sob vários aspectos: o contrato de concessão da gleba (lote) em que o homem aparece como responsável, em alguns casos de viúves, as mulheres perdiam o acesso à terra; nos financiamentos o lançamento de crédito privilegiando as mulheres também se tornou uma faca de dois gumes, devido à contradição do Pronaf-Mulher este plano serviu para abrir uma linha de financiamento que prioriza a mulher, mas que não levou em consideração a constituição do assentamento, ou seja, se o assentamento é individual ou coletivo criando transtornos na sua aplicabilidade e tirando a autonomia das mulheres no momento da escolha do produto a ser comercializado. Ou seja, o financiamento do Pronaf-Mulher para plantação de hortaliças, criação de pequenos animais, produção de pães, bolachas, queijo, nem sempre corresponde as necessidades das mulheres assentadas. (Gonçalves, 2005:270)

Segundo Gonçalves (2005) em seu estudo sobre gênero em assentamentos no Pontal do Paranapanema, houve uma retração no processo de inclusão da mulher que se iniciou no acampamento e não se consolidou no assentamento. Ao contrário dos acampamentos, que oferecem condições para alterar as desigualdades de gênero, os assentamentos aparecem como um tempo e espaço de recuo da participação das mulheres (Gonçalves, 2005:272). Segundo a fala do líder Osvaldo do assentamento da Fazenda Jupira, os assentados estão tentando romper com este tipo de discriminação.

Infelizmente tá faltando alguma coisa, para que a mulher desenvolva, mais nas comunidades de assentamento. Mas é um passo bastante grande que nós estamos dando em relação ao preconceito, a discriminação que tem contra as mulheres. Nesse assentamento, isso está acabando. Elas têm parte na organização, tudo aqui tem a mulher, inclusive na saúde, na igreja, na roça. Na cooperativa que nos estamos formando agora as mulheres são a maioria com a presidência, com a

vice-presidência, com tesouraria. (Entrevista com Osvaldo, em 12/11/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Estamos diante de um caso em que as relações de gênero nos impõem certo grau de perplexidade, o que foi ressaltado nas entrevistas e nos trabalhos de Gonçalves (2005), Souza (1999) e Brumer (2005), porém gostaríamos de chamar a atenção para a dificuldade não só de superar as relações machistas que existem no interior dos assentamentos, mas, sobretudo, para pensar que, em um processo de construção de novas relações, os princípios norteadores que organizam as relações políticas no interior de um coletivo produzem sujeitos e pequenas lideranças que questionam por dentro o processo organizativo.

Uma outra entrevista que nos permite uma melhor compreensão da construção do espaço social sob o signo de uma construção de identidade coletiva e do sujeito é o da D. Ana Maria:

Eu falei pra eles que é pra módi pagar a granja, né? Então, ela só que dinheiro. Ela falou: Quem não pudé pagar a granja vai ter que vender o terreno, fazer um dinheiro e pagar a granja. E eu falei: Mas como, se diz que não pode vender o terreno? O terreno é do Estado. Outros fala: Mas esse dinheiro é do fundo perdido, nós vamos esperar cinco ano e esse dinheiro vai caducar. Era do fundo perdido, veio do Paraguai esse dinheiro pra nós. (Entrevista com D. Ana Maria, em 07/09/2004, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

A referência citada trata-se de um diálogo com uma assentada. A entrevistada é chefe da família; ela organiza o plantio, a colheita, distribui funções, faz os empréstimos, participou de toda trajetória desde a ocupação até os dias atuais, passando por acampamentos e passeatas. A entrevistada contraiu uma dívida ao desenvolver um projeto de granja que não deu certo, levando-a a optar pela plantação de café. Ao comentar sobre a plantação de café no lugar da granja e a dificuldade de saldar o crédito bancário, cita a cobrança da agente representante responsável pelo referido projeto (engenheira agrônoma) em relação à forma de pagamento do empréstimo contraído, portando-se, nesse processo, como uma pequena liderança.

Pinheiro (1999:219) coloca que as pequenas lideranças, ou seja, esposas, irmãs, ou mães de assentados, são fundamentais na luta pela terra e na terra, mas raramente aparecem como protagonistas. Algumas pequenas lideranças têm atuação mais ampla e servem de catalisadoras das insatisfações de certos grupos no interior do

assentamento, outras, mais restritas, servem para rachar o consenso que vigia por determinado período no assentamento.

Nesta fala da D. Ana Maria, percebemos o limite do poder nas negociações entre os técnicos e os assentados, o que possibilita pensar na autonomia relativa dos assentados frente aos representantes, ou seja, os agentes representantes podem tentar impor soluções, sugerir, forçar, mas não será suficiente frente à liberdade dos assentados em aceitá-las ou rejeitá-las em contextos específicos, como o citado acima, em que o jogo do conflito extrapola a decisão exclusiva da engenheira.

Outro aspecto a se destacar é a dinâmica de geração de emprego no assentamento com uma condição para trabalhos extras privilegiados devido à localização do assentamento, no centro de mercados, o que possibilitava não só o escoamento da produção, mas a mão-de-obra, permitindo aos assentados recuperar a renda mensal outrora perdida na cidade e, sobretudo, ter na terra uma renda que entraria para auxiliar na economia doméstica. Esse tipo de trabalho não era sazonal, foi se tornando fixo e permanente, possibilitando uma autonomia frente ao trabalho da terra e à espera por créditos rurais públicos e outras fontes de custeio do plantio que demorassem a vir.

O trabalho, fora na atual situação, da falta de capital dos assentados, eu acho, esse emprego cai do céu, a verdade foi essa. Porque ele trabalha lá na indústria, ele traz um dinheirinho para dentro da propriedade, pro pai e pra mãe; porque, se não fosse isso, a situação estaria mais crítica, acredito eu. Eu não vou condenar o Castelinho da Pamonha, o Rei da Castelo, as indústrias... eu acho que é ótimo que eles estão lá e é ótimo que as pessoas trabalhem lá, porque, se não fosse isso, diante da situação do agricultor, estaria mais difícil, se não fosse esse pessoal estar empregado, os filhos deles estar empregado... (Entrevista com Osvaldo, em 01/05/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

Dessa forma, o território do assentamento se vê impregnado de serviços e de consumo, produzindo outra lógica, outra dinâmica nas relações socioespaciais, que podem ser vistas como sinais de mobilidade social.

Essa característica de extra-trabalho no assentamento da Fazenda Jupira tem origem, principalmente, em seu entorno, que inclui desde chácaras de veraneio e haras, nos quais os assentados podem trabalhar como caseiros, efetivar serviços ligados à construção (alvenaria, carpintaria e outros), e até em um posto de gasolina na rodovia Castelo Branco, no km 101, o “Rei da Castelo”, que absorveu a mão-de-obra assentada. Alguns trabalham como frentistas, caixas de lanchonete, balconistas etc.

Um quilômetro antes, na mesma rodovia, existe a lanchonete “Castelinho da Pamonha”, que permitiu o ingresso de vários assentados nos seus postos de trabalho, um destes chegando mesmo a ser gerente do comércio. Há várias granjas na avenida que corta o assentamento ao meio e que o divide, de um lado os assentados individuais e, de outro, os assentados da agrovila que incorporaram também vários assentados, sendo que a granja mais próxima faz fronteira com o assentamento.

Mas foi o surgimento do Parque Industrial de Porto Feliz (1990) que produziu um impacto no assentamento, pois recrutou pessoal para seus quadros desde o início das construções dos barracões, absorvendo mão-de-obra (pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores, eletricitas e outros), até a sua conclusão. Nesse processo, muitos foram incorporados aos quadros das empresas, desde faxineiros(as), auxiliares de produção até gerente de produção.

As relações sociais do assentamento produziram uma dinâmica cuja dimensão revela-se no “miudinho”, e que vai dando o ritmo acelerado que o Estado não previa e que, por isso, não acompanhou, deixando os técnicos em uma situação de perplexidade e de desafio. A forma como está sendo ocupado o espaço dos quintais na agrovila, bem como a forma de ocupação nos lotes individuais, em que o espaço de consumo próprio se mistura com o de mercado, fugiu ao controle dos representantes, das lideranças e dos assentados, informando em suas relações outros conteúdos.

Porto Feliz tem uma população de famílias agregadas muito grande, muito significativa, é um outro mundo que mora ali junto no assentamento. E é muito interessante porque a situação geográfica permitiu isso e estimulou. Então, um pai que recebe uma terra para morar, que tem um espaço, eu não imagino como ele diria pro filho dele que ele não pode vir fazer uma casa ali do lado dele. Isso aconteceu porque depois surgiu o posto de combustível, o Rei da Castelo, que empregava e emprega bastante gente e, depois, a Zona Industrial ali do lado, que também emprega bastante gente, e aí muita gente veio morar com os pais, ou foram casando e fizeram suas casas ali e continuam morando. Aí as lideranças reclamavam demais, hoje, nós temos mais que o dobro da população aqui na agrovila. De pessoas que não são assentadas e que são agregadas e que não participam de nenhuma discussão, e nós abrimos a discussão para todo mundo pra possibilitar que as pessoas também passassem. Afinal de contas, isso virou uma vila. Então não tem nada previsto nos caderninhos, como é que faz quando um assentamento vira uma vila. Aí tem até quem defendia, não, tem que tirar todo mundo. Isso não existe. É a dinâmica das populações. E aí, o que fazer? Hoje inclusive é uma discussão que a gente trava assim, o que fazer? Isso vira uma vila, um bairro de Porto Feliz, população pra ser um bairro tem. A prefeitura não vê isso como

um bairro, não desloca ou aloca recurso como faz num bairro e, por outro lado, você tem problema de saneamento porque uma fossa séptica pra cada casa é uma coisa; agora, cinco para cada lote. Então toma um volume que precisa ser olhado como uma vila, então são encaminhamentos que vão tomando, que não estão no script e o Estado é lento pra isso. (Entrevista com Engenheira Izabel, em 07/02/2006, realizada por Amauri T. B. Nogueira)

A mobilidade que o assentamento permite, por estar cercado de possibilidades de reposição do trabalho que outrora os assentados faziam nas cidades da região de Campinas, adensa seu espaço. Tal força de trabalho foi absorvida pelo mercado local e possibilitou uma dinâmica diferente no processo de assentamento. “Dois filhos meus, um trabalha no Rei da Castelo, no caixa, de frentista; e outro trabalha no escritório”(Entrevista com Miltão, em 26/11/2005, realizada por Amauri T.B Nogueira).

Essa forma de extra-trabalho foi usada tanto pelos moradores da agrovila como pelos individuais. Os trabalhos externos desenvolveram um importante papel na construção do território, pois conformaram outros elementos, gerando outros conflitos de pertencimento.

O extra-trabalho possibilitou que homens/mulheres, jovens e crianças pudessem ter a oportunidade de participar de outras territorialidades que encerram objetos materiais e não-materiais, multifacetados. Esse processo imprimiu outras formas de se relacionar com a terra, tanto nos moradores individuais como nos coletivos, ou seja, uma outra forma de lidar com o dinheiro (salário fixo) e a escolha do produto para plantio/colheita. Portanto, com um dos componentes da família trabalhando fora e o(s) outro(s) trabalhando a terra, tornou-se uma estratégia de resistência para não a perderem; os trabalhadores que ficam são geralmente os pais, ou irmãos(ãs) que o fazem por opção, por não poderem, ou por não conseguirem emprego.

Exemplo desses conflitos são as diferenças das representações entre assentados e representantes, sejam eles padres ou técnicos representantes do Estado. O assentamento apresenta, na sua formação e organização, os conflitos das instituições com as quais foram socializados: Igreja, MST e o Estado. Na disputa pelos espaços decisórios, os assentados líderes e representantes produzem experiências; autoritárias, de favores, mas sobretudo democráticas.

Nas reuniões, nas assembléias e nas atividades coletivas é que se percebe em que medida o simbólico carrega-se de sentido para cada sujeito. É nesses momentos

proporcionados pelas lideranças que a democracia se realiza, com todas as suas contradições. É nesse momento que as práticas e estratégias trazem, no seu bojo, a contradição, e fecundam o conflito, expõem a negatividade e criam e recriam a democracia participativa. “Participando é que os indivíduos adquirem aos poucos um grande aprendizado político”. (Souza, 1994:45)

Os assentados, por meio das negociações que engendram concessões e ganhos, imprimidas pela dinâmica das práticas sociais e estratégias de luta, permitem questionar as relações de autoritarismo e de favores que são construídas entre opositores. É a constituição do assentamento como terra conquistada, fruto da práxis dos próprios sujeitos envolvidos no processo de uma nova sociabilidade que dá a identidade para os sujeitos.

O homem supera (transcende) originariamente a situação não com a consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis. A realidade não é um sistema dos meus significados, nem se transforma em função dos significados que atribuo aos meus planos. Mas, com o seu agir, o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. (Kosik, 1976:220)

Portanto, é o sujeito e o espaço em construção, resultados das práticas sociais e estratégias de lutas e os conflitos daí advindos; a partir do movimento do conflito se conformam as relações, as redes sociais que se estabelecem no cotidiano dos trabalhadores, dos representantes e das lideranças, e as rupturas com as relações de dominação, em que expressam a configuração do espaço em disputa.

Nesse contexto, observa-se que o assentamento é um espaço social premido por necessidades imediatas; tudo é relativamente novo e precisa de respostas urgentes, envolvendo os sujeitos sociais em conflitos motivados por vários fatores de ordem política.

No interior do assentamento, as redes e relações sociais são, em grande parte, rupturas com a vida pregressa dos assentados; são momentos de nova sociabilidade. Os conflitos são reflexos de projetos distintos, de necessidades imediatas, mas também de projetos que pressupõem a construção do espaço social do assentamento sob as práticas sociais e estratégias de luta que encerram (re)arranjos de práticas democráticas que surgem como resultados dos conflitos negociados dentro das regras estabelecidas pelos próprios assentados.

O assentamento torna-se o lugar em que os sujeitos envolvidos no processo, com suas práticas e estratégias, constroem valores, produzem reconhecimento, mas também produzem regras, para o funcionamento, que limitam e condicionam o tipo de escolhas a serem feitas pelos assentados. Nessa perspectiva de tentar conciliar os conflitos envolvendo os assentados, as práticas e estratégias passam a ser democráticas do ponto de vista do interior do assentamento, o que traz contradições para os representantes que portam outros projetos de assentamento e, sobretudo, as relações ficam sob o agenciamento do Estado, o que, em muitos casos, como alguns citados anteriormente, não define o processo de assentamento em geral, mas condiciona, em alguns momentos, e sugere, em outros.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Olga Maria Schilde. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org) **Explorações Geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.
- BRUMMER, Anita. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera. L.S.B. e Jr, A. O.(Org.) **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas** (uma trajetória de 20 anos), 2005.
- FERNADES, Bernardo. Mançano. **MST: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996/(1999). 2º Edição.
- FERNADES, Bernardo. **Mançano. A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOMES, Paulo. César da Costa Geografia fin-de-siécle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO Iná Elias de et al. (Org) **Explorações Geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.
- GONÇALVES, Renata Cristina. **“Vamos acampar”**: A luta pela terra e a busca pelos assentamentos de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. (Tese Doutorado) 320fl. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005

- JUSTO, Marcelo Gomes. **“Exculhidos”**: ex- moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. (Tese Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2005.
- KOSIL, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- MARQUES, Marta. Inez Medeiros. **De sem-terra a ‘posseiro’**, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária. (Tese Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2000.
- MARTINS, Leila Chalub. **Entre o plantar e o colher**: representações e saberes envolvidos na extensão rural. 340 f. Tese Doutorado Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/SP, 2001
- MST Sumaré: a formação do grupo III**. In: site www.mst.org.br/mstsp/suma.htm, acessado em 11/ 03/2005
- NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Uma leitura dos conflitos na produção do Assentamento Rural da Fazenda Jupira no Município de Porto Feliz**. 189 f. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2007.
- PINHEIRO, Diógenes. **Batismo de fogo**: lideranças políticas em assentamentos. 273 f. Tese (Doutorado em sociologia) Faculdade de Filosofias e Letras/UNICAMP, 1999.
- SOUZA, Maria Antonia. **A formação da Identidade Coletiva**: Um estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema. 251f. (Dissertação de Mestrado em Educação) Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994
- SOUZA, Maria Antonia. **As Formas de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 259. f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Eduação/UNICAMP, 1999
- TARELHO, Luiz Carlos. **Da consciência dos Direitos á Identidade Social**: Os Sem Terra de Sumaré. 261.f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 1988
- WILDE, Oscar. **A alma do Homem sob o socialismo**. www.sabotagem.cjb.net 2004, acessado em 02/10/2005